

AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS DAS PESQUISAS
COM LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS

Aryon D. Rodrigues
UNICAMP

1. A situação presente.

1.1. As línguas.

Cerca de 170 línguas indígenas são faladas hoje no Brasil. A maioria delas se encontra nos estados e territórios do norte e do oeste, como o Maranhão, o Pará, o Amapá, o Amazonas, Roraima, o Acre, Rondônia, Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul. Mas há também línguas indígenas faladas nos estados do sul, como São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assim como duas línguas em Minas Gerais (Maxakalí e Krenak-Nakrehé) e uma no estado nordestino de Pernambuco (Yathê ou Fulniô).

O número de falantes é muito baixo para a maioria das línguas indígenas. A que tem maior população é o Tukúna no alto Amazonas, o qual é falado no Brasil por aproximadamente 18.000 pessoas (no Peru há pelo menos 3.000 e na Colômbia cerca de 1.000 falantes de Tukúna). Mas o número médio de falantes por língua é 900: de uma população global de 185.500 índios, cerca de 30.500 são monolíngües em português e os 155.000 falantes de línguas indígenas se dividem em 170 línguas. Se há números altos de falantes para algumas línguas (além do Tukúna, o Makushí possivelmente com 14.500, o Kaingãng e o Guaraní com cerca de 10.000 cada um, o Terêna com mais de 8.000, o Guajajãra com perto de 6.000, etc.), há também números muito baixos para outras línguas: de acordo com as informações mais recentes disponíveis, há 36 línguas com menos de 100 falantes e, entre essas, 14 com menos de 50.

Dois terços das línguas indígenas do Brasil pertencem aos cinco grupos lingüísticos maiores identificados no país: Tupí, Macro-Jê, Karib, Aruak e Pano. O outro terço, cerca de 60 línguas, ou pertence a famílias lingüísticas menores (Tukáno, Makú, Yanomâmi, Katukína, Múra, Chapakúra, Nambikwára, Guaikurú), ou constituem línguas "isoladas" (o que pode significar "ainda não classificadas").

1.2. Pesquisadores estrangeiros.

Atualmente a maioria das línguas indígenas que são estudadas no Brasil estão sendo documentadas e analisadas por pessoas filiadas ao Summer Institute of Linguistics/Wycliffe Bible Translators. O SIL iniciou suas atividades no Brasil em 1956 com apoio institucional do Departamento de Antropologia do Museu Nacional (Rio de Janeiro). Em 1963 a então recém fundada Universidade de Brasília tentou integrar academicamente o trabalho lingüístico do SIL no Brasil com o objetivo de (a) reforçar as condições para o treinamento de lingüistas brasileiros, (b) tornar acessíveis para os lingüistas e antropólogos brasileiros os resultados do trabalho de campo e das análises do SIL e (c) estimular os membros mais qualificados do SIL a empenhar-se em pesquisas de maior interesse científico. Esse experimento foi interrompido já em 1965, quando as autoridades federais da época impediram o desenvolvimento da Universidade de Brasília, provocando o êxodo e a dispersão de seus professores e estudantes de pós-graduação. Em 1969 o SIL estabeleceu um contrato com o Ministério do Interior e a Fundação Nacional do Índio e tornou-se independente da mediação de instituições acadêmicas para expandir suas atividades. O número de membros do SIL aumentou consideravelmente, chegando em 1977 a cerca de 300 pessoas, das quais

umas 90 estavam diretamente empenhadas em trabalho de campo com 40 línguas.

Em 1977 o governo federal decidiu não renovar o contrato do Ministério do Interior com o SIL e revogou a autorização para que os membros do SIL trabalhassem em áreas indígenas. Desde então o ramo brasileiro dessa organização perdeu alguns de seus trabalhadores de campo, de modo que o trabalho com algumas línguas (p. ex., Cinta-Larga, Mamaindê) foi completamente interrompido. Com outras línguas o trabalho continuou com base nos dados e conhecimentos acumulados previamente. Em alguns poucos casos arranjos especiais tornaram possível o trabalho de campo. Em 1981 o Departamento de Antropologia do Museu Nacional denunciou como não mais tendo interesse científico para ele o convênio que mantinha havia vinte anos com o SIL e cujos efeitos, em consequência, cessaram em janeiro de 1982. Presentemente o único vínculo acadêmico do SIL no Brasil é um acordo com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) para cooperação científica na documentação e descrição de línguas indígenas, estabelecido em outubro de 1978. Em função desse acordo e em conexão com os cursos de pós-graduação da UNICAMP estão sendo estudadas cinco línguas (Arára, Nadëb, Pirahã, Suruí e Wayampí), duas delas por membros brasileiros do SIL.

Embora muitos antropólogos, europeus e americanos, tenham escolhido povos indígenas brasileiros para seus estudos, a presença de lingüistas estrangeiros não-missionários no Brasil tem sido uma raridade. Além de uns poucos antropólogos com interesse lingüístico e competência (como A. Monod com a língua Trumai, D. Price com o Nambikwára, G. Urban com o Xoklêng), só um estudante estrangeiro de lingüística pode ser identificado nos últimos 25 anos como tendo realizado pesquisa sistemática sobre uma

língua indígena brasileira (D. Moore com o Gavião de Rondônia). Talvez a razão para essa disparidade com a pesquisa antropológica seja causada pela crença errônea de que o SIL tenha a seu cargo o estudo de todas as línguas indígenas do Brasil, ou de que, ao menos, esteja trabalhando com todas as línguas mais importantes. Claramente esse não é o caso: (a) as equipes do SIL não chegaram a trabalhar com mais de 25% das línguas indígenas atualmente faladas no Brasil, (b) os objetivos da pesquisa do SIL coincidem só em parte com os dos demais lingüistas e (c) apenas alguns membros do SIL têm em alto nível o interesse e a competência para a pesquisa científica, já que sua motivação básica é de natureza prática e claramente limitada.

Além do SIL outras organizações têm missionários com algum treinamento lingüístico (em geral do tipo dado nos cursos do SIL) atuando entre índios da Amazônia brasileira. Esse é o caso, por exemplo, da Missão Novas Tribos do Brasil, da Missão Cristã Evangélica do Brasil, da Missão Evangélica da Amazônia. De um modo geral conhecemos muito pouco sobre o trabalho lingüístico desses missionários.

1.2. Pesquisadores brasileiros.

Duas instituições brasileiras promovem atualmente pesquisas sobre línguas indígenas: o Museu Nacional no Rio de Janeiro e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) no Estado de São Paulo. O Museu Nacional tem ~~um-Setor-Lingüístico~~ no seu Departamento de Antropologia um Setor Lingüístico que representa a mais longa tradição de compromisso institucional com o estudo científico de línguas indígenas neste país. Lingüistas do Setor Lingüístico são presentemente Yonne F. Leite (Ph. D.), Charlotte

Emmerich (M. L.), Marília L. C. Facó Soares (M. L.) e Bruna Franchetto. Tem sido promovido trabalho de campo com as línguas Tapirapé, Awetí, Txikão, Kuikúru; além disso, o trabalho de pesquisadores de outras instituições tem tido orientação (de tese) de Yonne F. Leite, por exemplo sobre o Kaxuyána por Ruth W. Garcia de Paula e sobre o Gavião (Pukobye) por Leopoldina Araújo, a primeira do Museu do Índio (Rio de Janeiro), a segunda da Universidade Federal do Pará (Belém). O Museu mesmo não dá cursos de lingüística, embora tenha sido responsável anteriormente (1967-1972) pelo então melhor programa de pós-graduação em lingüística do Brasil.

O Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP iniciou o estudo de línguas indígenas em 1977 e desde então tem estimulado o trabalho de campo e a análise por estudantes de pós-graduação. Membros do corpo docente particularmente comprometidos com a pesquisa ou com a supervisão de teses sobre línguas indígenas são Aryon D. Rodrigues (Dr. phil.), Lucy Seki (Dr. phil.), Maurizio Gnerre (Dr.), Frank R. Brandon (Ph. D.), Maria Bernadete Abaurre Gnerre (Ph. D.), Charlotte Chambelland (Dr.), Daniel L. Everett (Dr. Sc.), Márcio F. Silva (M. Ling.). Um grau de doutor e sete graus de mestre foram concedidos com base em pesquisas sobre línguas indígenas: Guaraní Antigo, Pirahã, Kamayurá, Kadiwéu, Mundurukú, Suruí, Mbyá. Presentemente, há estudantes de pós-graduação ao nível de doutorado trabalhando com quatro línguas: Guató, Kaingãng de São Paulo, Tukúna e Kawki (esta é uma língua andina do Peru); e estudantes ao nível de mestrado trabalhando com sete outras línguas: Arára (Karib), Apurinã, Guajá, Kaingãng de Nonoai, Katukína (Pano), Nadëb, Wayampí (Oyampí). Outras línguas

analisadas no departamento são: Kamayurã, Krenak-Nakrehê, Mbyã do Espírito Santo e de São Paulo, Mawé (Sateré), Shuar (do Equador), Quêetchua Wanka (do Peru), Tupinambã, Xetã, Pirahã, Pakaânôva.

2.

2. Lingüística descritiva.

2.1. Línguas que estão sendo estudadas no Brasil.

Das cerca de 170 línguas faladas no Brasil perto de um terço está sendo estudado no país, seja por lingüistas brasileiros, seja por lingüistas estrangeiros. O número de línguas estudadas pelo SIL diminuiu desde 1977, pois alguns projetos foram interrompidos e outros foram considerados terminados (este é o caso do Hixkaryãna, do Kaingãng e do Mundurukû); mas foi iniciado o estudo de duas novas línguas. Presentemente o SIL desenvolve trabalho descritivo sobre 39 línguas. Na UNICAMP são objeto de pesquisa 17 línguas indígenas brasileiras vivas, e só seis dessas coincidem com línguas que estão sendo estudadas também pelo SIL. No Museu Nacional pelo menos seis línguas têm sido estudadas nos últimos anos. Pelo menos quatro línguas estão sendo investigadas por lingüistas ou antropólogos (não missionários) independentes das três instituições acima referidas (não tenho informação precisa sobre as línguas que vêm sendo analisadas por membros de outras organizações missionárias que não o SIL; estimo que sejam umas dez). Em resumo, cerca de 70 línguas indígenas estão presentemente sendo submetidas a algum tipo de estudo descritivo no Brasil.

2.2. Línguas que estão sendo estudadas fora do Brasil.

Várias línguas ameríndias são faladas de ambos os lados da fronteira entre o Brasil e países vizinhos, como a Argentina,

o Paraguai, a Bolívia, o Peru, a Colômbia, a Venezuela e as Guianas. Mais de 20 línguas nessa situação estão sendo analisadas por organizações missionárias, principalmente pelo SIL, só fora do Brasil, no respectivo país limítrofe: dez na Colômbia (Barasáno, Desáno, Karapaná, Kubéwa, Makúna, Siriáno, Tukáno, Tuyúka, Wanáno, Yurití), nove no Peru (Amawáka, Kampa, Kapanáwa, Kulína, Mayorúna, Piro, Xaranáwa, Tukúna, Witóto), duas no Suriname (Tiriô, Wayána) e uma na Guiana (Wapixána). Em consequência, o número total de línguas indígenas faladas no Brasil que estão sendo estudadas de um modo ou de outro aproxima-se de uma centena.

2.3. Resultados.

Que mais da metade das línguas indígenas faladas no Brasil já esteja sendo estudada é em si uma indicação positiva de progresso potencial no conhecimento dessas línguas e dos povos que as falam. Entretanto, algumas considerações devem ser feitas quanto à natureza e à disponibilidade do conhecimento lingüístico que vai surgindo do estudo de tão numerosas línguas:

(a) Mais ou menos três quartos das cerca de 100 línguas que estão sendo estudadas são objeto de trabalho de motivação religiosa, cujo fim principal é a tradução da Bíblia e a catequese dos índios em alguma forma do Cristianismo. Esta limitação prática da finalidade dos estudos lingüísticos determina certas ênfases e preferências e deixa de tocar em várias áreas do conhecimento de cada língua. Para o missionário, a análise lingüística é um meio para acelerar o domínio prático da língua e para assegurar o controle técnico dos auxiliares nativos num trabalho altamente técnico e complexo como é a tradução para o idioma indígena.

(b) Dentre as organizações missionárias que estimulam a análise lingüística, só a maior delas, que é o SIL, valoriza o interesse científico da análise como um meio de aumentar o seu prestígio institucional e de promover seus objetivos. Outras organizações missionárias não se apresentam como instituições lingüísticas. Isto faz uma grande diferença na difusão do conhecimento: o SIL é um grande publicador, enquanto que as demais organizações em geral não mostram os resultados de suas análises, dando-lhes o caráter de documentos internos e tornando, assim, extremamente difícil o acesso a qualquer informação, mesmo sobre a simples existência de tais resultados.

(c) Mesmo numa organização como o SIL há diferenças acentuadas na elaboração e na publicação dos dados entre os diversos ramos "nacionais" e, dentro do mesmo ramo, entre as diversas equipes lingüísticas. Em alguns casos, um membro de uma equipe é um "lingüista por vocação" e escreve mais sobre variados aspectos da língua e incorpora a sua análise teorias mais sofisticadas; na maioria dos casos, entretanto, os membros das equipes se preocupam mais com suas tarefas práticas. Em consequência, a contribuição analítica da maioria dos lingüistas do SIL é em geral fragmentária e a acumulação de dados publicados, ou simplesmente arquivados, acessíveis para outros pesquisadores, é relativamente lenta.

(d) Devido a outros fatores, particularmente ao pouco desenvolvimento das instituições pertinentes, os lingüistas leigos ou universitários, no Brasil, publicam muito pouco e de modo fragmentário. A falta de financiamento adequado, o excesso de dificuldades burocráticas para a realização de trabalho de campo em áreas indígenas e a insuficiência do treinamento lin-

güístico reduzem a potencialidade e a motivação não só dos estudantes, mas também de pesquisadores mais experientes.

(e) Um entendimento impróprio dos objetivos da análise lingüística após o advento da gramática gerativa, da sociolingüística de orientação estatística e da análise do discurso centrada no conteúdo tem levado muitos estudantes de lingüística (e alguns de seus professores) a subestimar a necessidade de um treinamento em fonética, de prática de análise fonológica e morfológica, de trabalho de campo extensivo, etc.

Se tomarmos os trabalhos publicados (e teses e dissertações inéditas) como índice do desenvolvimento do conhecimento nesta área nos últimos 30 anos, o resultado não é ~~demais~~ impressionante demais, mas é mais do que em geral se admite:

dezoito gramáticas: Iranshe (Moura 1960, Meader 1967), Tembê (1963, 1978), Tukãno (Giacone 1965, Silva 1966), Yathê (Lapenda 1968), Guajajára (Bendor-Samuel 1972), Kaingãng (Wiesemann 1972), Mundurukú (Crofts 1973), Asuriní (Harrison 1975), Urubú (Kakumasu 1976), Hixkaryána (Derbyshire 1979), Tapirapé (Almeida et al. 1983); inéditas: Apinayé (Callow 1962), Kipeá (Azevedo 1965), Bororo (Crowell 1979), Hixkaryána (Derbyshire 1979b), Karitiána (Landin 1980), Makushí (Carson 1981), Pirahã (Everett 1983);

mais de cinquenta artigos sobre detalhes gramaticais das línguas Apinayé, Apurinã, Awetí, Bakairí, Borôro, Dení, Guaraní Mbyá, Hixkaryána, Hupda, Kadiwêu, Kamayurá, Karajá, Kayabí, Kayapô, Krahô, Maku, Makuxí, Mamaindê, Maxakalí, Mundurukú, Nadëb, Nambikwára, Ofayé, Palikúr, Paumarí, Pirahã, Sanumá, Teréna, Tiriô, Tupinambá, Waiká Central, Waurá, Wayampí, Waiwái; (uma dissertação inédita sobre o Mundurukú, 1981).

trinta descrições fonológicas: Waiwai (Hawkins 1952), Kaiwã (Bridgeman 1961), Xiriãna (Migliazza e Grimes 1961), Pirahã (Heinrichs 1964), Mãku (Migliazza 1965), Mundurukú (Braun e Crofts 1965), Aikanteli (Tracy 1966), Paresí (Rowan 1967), Apalaí (Koehn e Koehn 1971), Parintintín (Pease e Betts 1971), Awetí (Emmerich e Monserrat 1972), Kaingãng (Wiesemann 1972), Guajajãra (Bendor-Samuel 1972), Xerênte (Mattos 1973), Xavãnte (McLeod 1974a), Kadiwêu (Griffiths e Griffiths 1976), Kaxuyãna (Paula 1980), Txikão (Emmerich 1980); inéditas: Tupinambã (Rodrigues 1959), Apinayê (Callow 1962), Kamayurã (Ferreira 1973, Silva 1981), Guaraní Antigo (Rodrigues 1974), Pirahã (Everett 1980), Kadiwêu (Braggio 1981), Makuxí (Carson 1981), Suruí (van der Meer 1982), Guaraní Mbyã (Guedes 1983);

perto de trinta artigos sobre detalhes fonológicos das línguas Apinayê, Asuriní, Aikanteli, Bororo, Kaingãng, Kaiwã, Kamayurã, Karajã, Kaxuyãna, Maxakalí, Nambikwãra, Mawê (Saterê), Pirahã, Suruí, Tapirapê, Terêna, Tiriô, Xavãnte;

nove gramáticas pedagógicas: Tupinambã (Barbosa 1956), Yanomãm (Ramos 1975), Xavãnte (McLeod e Mitchell 1977), Asuriní (Nicholson 1978), Rikbaktsã (Boswood 1978), Terêna (Ekdahl e Butler 1979), Apinayê (Ham et al. 1979), Nambikwãra (Kroeker, B., 1980), Makuxí (Pira e Amodio 1983);

perto de vinte artigos sobre o discurso nas línguas: Apinayê, Bakairí, Borôro, Hixkaryãna, Húpda, Jamamadí, Kaiwã, Kamayurã, Kayapô, Mamaindê, Mundurukú, Nambikwãra, Palikúr, Paresí, Rikbaktsã, Waurã;

nove dicionários: Tupinambã (Barbosa 1955-1970, Borôro (Albisetti e Venturelli 1962), Tukãno (Giacone 1965), Tembê (Boudin 1966, 1978), Kaingãng (Wiesemann 1971), Paresí (Rowan

e Rowan 1978), Parintintín (Betts 1981), Guaraní Mbyã (Dooley 1982), Karitiãna (Landin 1983); e alguns vocabulários menores: Tariãna (Giacone 1962), Mundurukú (Crofts et al. 1977), Wayampí (Olson, R., 1978), Bakairí (Taukane 1978);

sete coleções de textos: Hixkaryãna (Derbyshire 1965), Kaiwã (Taylor e Taylor 1966), Parintintín (Betts e Pease 1966), Borôro (Albisetti e Venturelli 1969), Mundurukú (Borum 1977-1979), Canela (Popjes 1982), Kayapô (Thomson 1982), Paresí (Rowan 1983).

3. Lingüística comparativa.

O progresso dos estudos lingüísticos comparativos depende naturalmente do desenvolvimento das descrições fonológicas, gramaticais e lexicais. A extrema escassez de dicionários de línguas indígenas brasileiras deixa claro que não se pode empreender nenhum estudo comparativo de grande amplitude. Apesar disso, têm sido feitos alguns estudos comparativos e mesmo reconstitutivos, a maioria deles com base em dados muito limitados.

Ensaio recentes consistem na exploração ou na demonstração de parentesco genético nos seguintes casos: Yanomãmi (Rodrigues 1960, Migliazza 1978), Hixkaryãna-Kaxuyãna-Waiwã (Derbyshire 1961c), Umutina-Borôro (Rodrigues 1962), Jê (Davis 1966), Mondê (Rodrigues 1966), Macro-Jê (Davis 1968), Ofayê-Jê (Gudschinsky 1971), Tupí-Guaraní (Lemle 1971, Rodrigues 1984), Rikbaktsã-Jê (Boswood 1973), Nambikwãra (Price 1978), Kaingãng (Wiesemann 1978), Tupí-Jê (Rodrigues 1978b), Tupí-Karib (Rodrigues 1978c), Xetã-Guaraní (Rodrigues 1979), Tupí-Guaraní e Mundurukú (Rodrigues 1980).

Alguns pontos interessantes resultantes desses estudos comparativos são, entre outros:

(a) demonstraco da consistência interna de famílias como a Tup-Guaran, a Já, a Yanommi e a Nambikwra, assim como as primeiras tentativas de reconstruco de propriedades fonológicas das respectivas proto-léguas;

(b) demonstraco da consistência do estreito parentesco entre o Xokng e o grupo dialetal Kaingng dentro da família Já;

(c) uma hipótese de parentesco acima do nível de família para explicar a afinidade da família Tup-Guaran com outras famílias ou léguas tais como a Munduruk, a Jurna, a Arikm, a Tupar, a Mond, a Ramarma e a língua Puruborá;

(d) apresentaco de evidência para três tipos de afinidade entre léguas dos grupos Tup e Karb, devidas a parentesco genético, a contacto remoto e a contacto recente;

(e) apresentaco de algumas evidências fonológicas e lexicais para a hipótese do tronco lingstico Macro-J;

(f) o possível parentesco genético entre J e Tup, para o qual Davis já havia apontado algumas indicaes, recebeu apoio mais substancial da comparao da língua Kaingng com o Tupinamb da família Tup-Guaran e com outras léguas do tronco Tup.

Mais recentemente têm sido feitos alguns estudos comparativos tipológicos sobre propriedades fonológicas e gramaticais de léguas indígenas do Brasil. As questões principais investigadas são a ordem de palavras (Lemle e Peixoto 1981; Derbyshire e Pullum 1981; Carson 1981; Derbyshire 1982) e a nasalizao (Rodrgues 1981, 1983).

Resumindo: o estudo das léguas indígenas do Brasil tem progredido mais de maneira extensiva - já que um número consi-

derável de línguas vem sendo analisado por pessoal treinado em lingüística - do que de modo intensivo, visto que só para relativamente poucas línguas análises abrangentes e dados substanciais puderam ser postos à disposição da ciência lingüística. A intensificação e o aceleramento da pesquisa, exigidos pelas precárias condições de sobrevivência de numerosas línguas, só podem ser conseguidos por meio de programas institucionais capazes de superar a crônica falta de fundos para a pesquisa lingüística e se pesquisadores bem treinados empreenderem trabalho intensivo de documentação e análise de tantas línguas.

4. Importância do conhecimento das línguas indígenas brasileiras para as teorias da linguagem.

Só nos últimos anos, como consequência do trabalho cumulativo que se vem desenvolvendo e que, para algumas línguas, já possibilita conhecimento mais profundo da organização fonológica e gramatical, tem sido possível depreender nelas fenômenos de grande importância para as teorias correntes sobre as línguas naturais. Dado o quase completo isolamento do Continente Americano pré-colombiano em relação ao Velho Mundo e o relativo isolamento da América do Sul em relação às Américas Central e do Norte, devia-se esperar, mesmo a priori, que as línguas sul-americanas e, portanto, as brasileiras apresentassem peculiaridades não encontradas em outras áreas do mundo. Esta expectativa começa a confirmar-se pela descoberta de alguns fenômenos lingüísticos novos e de fenômenos raros nos outros continentes, porém mais frequentes aqui. Em alguns casos descobrimos, no estudo de línguas indígenas sul-americanas, que as possibilidades articulatórias do aparelho fonador humano são aproveitadas mais amplamente do que vinha sendo admitido até agora (por exemplo,

o segmento lateral ápico-alvéolo-labial da língua Pirahã, cf. Everett 1982); em outros casos verificamos que um mesmo segmento fonológico pode, durante sua produção, alternar mais de uma vez os valores de algumas de suas propriedades fonéticas distintas (por exemplo, o segmento /m/ da língua Kaingãng, que comporta três fases alternadas da propriedade nasal, cf. Rodrigues e Cavalcante, 1982); em outros casos, ainda, têm sido determinadas novas fontes de nasalização até agora não conhecidas na literatura fonética e fonológica (a nasalização de vogais associada à compactação no Kaingãng e no Tapirapê, cf. Rodrigues 1981a, e a nasalização induzida pelo silêncio em diversas línguas, cf. Rodrigues 1981b e 1983). Também aqui têm sido identificadas línguas com as ordens sintáticas básicas OVS e OSV, inexistente em outras áreas do mundo (cf. Derbyshire e Pullum 1981; Derbyshire 1982; Weir 1980), uma língua com orações negativas de estrutura mais simples que a das orações afirmativas correspondentes (Karitiãna, cf. Landin 1980), línguas que violam princípios das teorias sintáticas mais recentes (Tupí, cf. Brandon e Seki 1981; Pirahã, cf. Everett 1983), línguas com sistemas de referência pessoal antes desconhecidos, seja pela sua simplicidade (Pirahã, cf. Everett 1983), seja pela sua complexidade (Tupinambã, cf. Rodrigues 1978; Guatô, cf. Palácio ms. 1984).

A quantidade de fatos novos para a teoria fonológica e para a teoria gramatical descobertos nos últimos cinco anos com base no estudo de relativamente poucas línguas constitui índice seguro de que o conhecimento das línguas indígenas sul-americanas e, em particular, das brasileiras é de importância crítica para o conhecimento científico da linguagem humana.